

Desarmamento, comércio de armas e segurança pública

Marcos Lobato Martins

O referendo sobre a comercialização de armas e munições finalmente começou a provocar discussões na imprensa, nas escolas, nas entidades sociais. Parcela expressiva da população encontra-se às voltas com a necessidade de definir seu voto, de encontrar razões que justifiquem a escolha do sim, do não ou do voto nulo. Tarefa difícil, porque há muitas controvérsias em torno da questão proposta. Não há dúvida de que as armas de fogo são o principal vetor da violência letal no Brasil. Também é sabido que, a despeito da sensação de segurança que a arma traz para quem a possui, os riscos de ser ferido gravemente ou morto aumentam bastante se a vítima reage armada ao ataque de um bandido.

Numa sociedade como a brasileira, marcada por grande fragmentação social, amplas desigualdades socioeconômicas, presença de aglomerados (favelas) densamente povoados e sem infra-estrutura e equipamentos públicos adequados, famílias desestruturadas, grau elevado de impunidade e predomínio de um *ethos* baseado na lógica da humilhação e da força, a idéia de incentivar e/ou facilitar o acesso às armas não parece ser boa idéia. Políticas públicas de desarmamento ou de rígido controle da posse e do porte de armas são necessárias. Porém, é discutível se o simples desarmamento da população é medida eficaz. Ela poderá fazer sentido no bojo de um conjunto de medidas articuladas, envolvendo reformas e reaparelhamento das polícias e da justiça, controle das fronteiras, combate ao crime organizado, programas de distribuição de renda, programas culturais e educacionais focados na promoção da paz (valorização da resolução negociada de conflitos interpessoais) etc. O problema é que o cidadão brasileiro, convocado para responder se a comercialização de armas e munições deve ser proibida, olha em torno e não enxerga ações consistentes dos governos – principalmente do governo federal – na direção da construção de um modelo multiagencial de proteção de direitos e promoção da segurança pública.

Independente da decisão de voto do eleitor, o referendo terá valido a pena se provocar o fortalecimento democrático do debate sobre a segurança, impondo maior comprometimento dos três níveis de governo com o problema. Do meu ponto de vista, o fundamental é as pessoas começarem a perceber que as sociedades que vêm obtendo sucesso no campo da prevenção do crime não são aquelas que incentivam o “cada um por si e Deus por todos”, a construção de muros altos eletrificados e de condomínios fechados que parecem fortalezas, ao mesmo tempo que promovem o recrudescimento da legislação penal e o discurso que enfatiza o poder dissuasivo da posse de armas de fogo. A sobrevalorização do Direito Penal como instrumento de resposta simbólica a conflitos, a insistência em discutir os conflitos sob a forma de demanda por pena e a redução da criminalidade a mero problema individual de “comportamento desviante” são equívocos que devemos evitar. Para a prevenção da violência e da criminalidade o melhor caminho é recuperar a centralidade do espaço da política. Desobstruir e ampliar os canais democráticos de negociação de interesses, renovar e fortalecer os laços sociais comunitários de maneira a frear o avanço do “individualismo egoísta”, reconhecer as complexas responsabilidades sociais que estão por trás dos diversos tipos de conflitos são pré-requisitos para desenhar políticas públicas integradas de segurança.

A participação comunitária, a prestação efetiva de direitos fundamentais pelo Estado, a descentralização das decisões e das estratégias relacionadas ao controle e prevenção da violência e da criminalidade, o investimento na pesquisa científica devem substituir o furor repressivo que vem dominando o debate sobre a questão da segurança pública. A inteligência, a solidariedade, a responsabilidade social e a ação integrada de instituições estatais e não-estatais são os meios apropriados para enfrentar a epidemia de violência e criminalidade que se abateu sobre as cidades brasileiras.

Triste é ver que, em Pedro Leopoldo, as autoridades e grande parte dos habitantes pensam apenas em mais polícia e viaturas nas ruas (como se fosse possível cobrir cada canto do município vinte e quatro horas por dia), exigem guaritas de vigilância nas entradas da cidade e coisas do gênero. E vão dormir satisfeitas com a vocalização dessa canção surrada. Enquanto isso, secretarias municipais como a de Educação e a recém-criada Secretaria da Juventude seguem desconhecendo seu papel na prevenção da criminalidade, que vitima principalmente os homens entre 15 e 35 anos. As Secretarias de Planejamento e de Obras, por sua vez, praticamente não levam em conta a contribuição que poderiam dar para a prevenção da criminalidade quando definem seus programas de ação, os quais deveriam priorizar áreas como habitações populares, (re)urbanização de aglomerados, iluminação pública etc. As administrações municipais têm fugido, portanto, da responsabilidade de realizar sua parcela de esforços na tarefa de combater a violência e a criminalidade, que vai além de abastecer os carros da polícia e pagar aluguéis para delegacias e quartéis. Mas, na hora da eleição, os candidatos prometem que cuidarão da segurança pública.

Marcos Lobato Martins é Coordenador do CEVIC.

Folha de Pedro Leopoldo, setembro de 2005.